

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO VELHO/RO COMO AÇÕES DA GESTÃO MEDIANTE OS RESULTADOS DO IDEB

Claudenice Ambrósio Lima de Brito¹

RESUMO

O presente artigo foi norteado para delinear discussões acerca das políticas públicas de avaliação da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Porto Velho/RO como ações da gestão mediante os resultados do IDEB. Trata de um estudo feito em dois momentos, sendo que no primeiro consubstanciou-se todos os aportes epistemológicos, e o segundo demonstrou-se os dados de IDEB, após a implantação de políticas públicas do sistema interno de avaliação denominado Avalia Porto Velho no referido município em tela. Os problemas foram delimitados em: Quais as políticas públicas criadas para avaliação da aprendizagem através dos resultados do IDEB na Rede Municipal de Ensino de Porto Velho? Como elas contribuem para a melhoria da gestão da educação municipal? O Objetivo geral consistiu em analisar as políticas públicas de avaliação da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Porto Velho como ações da gestão mediante os resultados do IDEB. Os procedimentos metodológicos foram feitos por meio de um levantamento bibliográfico e, posteriormente uma análise documental acerca dos resultados das políticas públicas adotadas. Concluiu-se que a Rede Municipal de Porto Velho tem avançado, todavia, têm pouco tempo de implantação da avaliação sistêmica para enfatizar resultados qualitáveis do IDEB como práticas pedagógicas para formar os educandos plenamente para a sua autonomia por meio dos saberes.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Avaliação da Aprendizagem. IDEB.

ABSTRACT

This article was designed to outline discussions about public policies for assessing learning in the Municipal Education Network of Porto Velho/RO o management actions based on the IDEB results. This is a study carried out in two moments, the first of which consubstantiated all the epistemological contributions, and the second demonstrated the IDEB data, after the implementation of public policies of the internal evaluation system called Assess Porto Velho in the referred municipality. on screen. The problems were delimited in: What are the public policies created to evaluate learning through the results of IDEB in the Municipal Education Network of Porto Velho? How do they contribute to improving the management of municipal education? The general objective was to analyze the public policies for the evaluation of learning in the Municipal Education Network of Porto Velho o management actions based on the IDEB results. The methodological procedures were carried out by means of a bibliographic survey and, later, a documentary analysis about the results of the public policies adopted. It was concluded that the Municipal Network of Porto Velho has advanced, however, they have little time to implement the systemic assessment to emphasize IDEB's qualitative results as pedagogical practices to train students fully for their autonomy through knowledge.

Keywords: Public policy. Learning Assessment. IDEB.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Rondônia. Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Rondônia. Formadora e redatora da Base Nacional Comum Curricular no Estado de Rondônia. Graduada em Matemática. E-mail: claudenice.ambrosio@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No cotidiano o ser humano tem como práxis a efetivação de inúmeras avaliações, sejam elas relacionadas as questões concernentes a economia, ao trabalho, a cultura, à política, porém com o crescimento das tecnologias digitais, é possível no ato de avaliar verificar os comportamentos, as imagens, as posturas e a forma de agir dos indivíduos nas redes sociais.

Entretanto, é no âmbito educacional que mais se discute sobre avaliação da aprendizagem no sentido de buscar alcançar os melhores resultados que demonstrem o desenvolvimento do indivíduo referente ao seu processo de ensino e aos saberes oferecidos pela escola.

Assim, entende-se que a avaliação é um mecanismo educacional que permite aos seus executores pensar sobre a prática educativa por meio de dados que possibilitam um processo comunicacional para facilitar a construção da formação plena de um cidadão em sala de aula.

Não obstante, além da avaliação da aprendizagem que ocorre para mensurar o conhecimento na escola, existe no sistema educacional brasileiro as avaliações sistêmicas de larga escala organizadas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), cuja finalidade consiste em delinear um panorama que permitirá visualizar as fragilidades e as potencialidades referente ao ensino no país.

Essa ação segundo Santos e Varela (2007, p. 05), concretiza a “importância de políticas públicas que garantam ao processo avaliativo para demonstrar o panorama da aprendizagem no Brasil”.

Para ter o referido quadro do nível de aprendizagem do país, o Ministério da Educação lançou no dia 24 de abril de 2007, o Decreto nº 6.094/2007, que dispôs sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, implementado em regime de colaboração com os Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica (BRASIL, 2007). Sendo assim, para atender o compromisso firmado, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no mesmo ano.

Neste contexto, muitos municípios criaram políticas públicas para instituir o sistema avaliativo da aprendizagem em sala de aula com a intencionalidade de viabilizar significativas intervenções pedagógicas que colaborasse para diminuir as fragilidades dos estudantes e alavancasse os resultados do IDEB.

Assim, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho (SEMED), implementa desde o ano de 2017, políticas públicas que buscam discutir e organizar o processo de avaliação com vistas a consubstanciar as melhorias do processo de ensino e aprendizagem em todas as unidades escolares visando a melhoria dos resultados alcançados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Desta forma, as propostas avaliativas consistem em nortear assim como faz o INEP, um panorama para verificar os objetivos educacionais, as competências, as habilidades e as orientações curriculares implementados em sala de aula, para que sejam organizadas intervenções que garantam para a gestão pública ações educacionais em curto, médio e longo prazo.

Diante do contexto supracitado anteriormente, o tema deste artigo foi organizado para delinear as respostas das perguntas problema: Quais as políticas públicas criadas para avaliação da aprendizagem através dos resultados do IDEB na Rede Municipal de Ensino de Porto Velho/RO? Como elas contribuem para a melhoria da gestão da educação municipal?

Para tanto, o objetivo geral consiste em verificar as políticas públicas de avaliação da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Porto Velho/RO como ações da gestão mediante

os resultados do IDEB.

Nesse sentido, os procedimentos metodológicos foram organizados em duas etapas distintas: inicialmente norteou-se em planificar todos os aportes bibliográficos acerca da avaliação da aprendizagem fazendo uma retrospectiva histórica e conceitual, seguidamente as políticas públicas do Sistema Avaliativo da Educação Básica no Brasil e do Município de Porto Velho.

Todavia, na segunda etapa desenvolveu-se o campo empírico por intermédio de análise documental sobre as políticas públicas de implantação e os resultados do IDEB após a referida legitimação.

Dessa forma, o artigo está organizado em quadro partes: introdução, fundamentação Teórica norteando o campo epistemológico, a análise dos dados empíricos e a conclusão para validar todos os aportes científicos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 OS ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Essa seção foi organizada visando contextualizar um panorama referente as bases epistemológicas que norteiam a avaliação da aprendizagem em uma retrospectiva histórica.

Ressalta-se, que toda contextualização histórica da avaliação da aprendizagem demonstrou que a sua utilização tem sido efetivada em larga escala há muito tempo no cotidiano humano, seja ela de maneira formal ou informal, outro ponto destacado frisa sobre as várias mudanças ocorridas desde as primeiras aplicações até os dias atuais.

A necessidade de avaliar sempre se fará presente, não importando a norma ou padrão pela qual baseie-se o modelo educacional. Não “há como fugir da necessidade de avaliação de conhecimentos, muito embora se possa, com efeito, torná-la eficaz naquilo a que se propõe: a melhoria de todo o processo educativo” (SANTOS; VARELA, 2007, p. 05).

Neste sentido, a avaliação é um mecanismo educacional que permite a aprendizagem ser repensada ou mudada, trata-se de instrumento de comunicação que facilita a construção da formação plena de um cidadão em sala de aula.

No entanto, para realização dessa prática existe a urgência de um novo olhar, da compreensão cultural aliada com as ações inovadoras com vistas a constituir o processo de forma eficaz.

Para Perrenoud (1999, p. 09), “avaliar é também privilegiar um modo de estar em aula e no mundo, valorizar formas e normas de excelência, definir um aluno modelo, aplicado e dócil para uns, imaginativo e autônomo para outros”.

O autor evidencia que a avaliação não é um fim em si, porém é uma estratégia para o funcionamento didático e, mais globalmente, para seleção orientações escolares. Ela serve para controlar o trabalho dos alunos e, simultaneamente, para gerir os fluxos (PERRENOUD, 1999, p. 13).

Para Vasconcellos (1998, p. 83), a avaliação é composta por alguns pontos essenciais dentro de uma visão democrática que tem por objetivos:

- Propiciar a elaboração da síntese do conhecimento por parte do educando;
- Localizar as necessidades (seja dos alunos, do professor, da escola ou do contexto), para poder trabalhar em direção à superação;
- Dar oportunidades para os alunos refletir e tomar consciência de sua aprendizagem, de seus relacionamentos em sala, de seus processos mentais (atividade metacognitiva), autolocalizando-se;

- A finalidade precípua da avaliação na aprendizagem não é, pois, medir bem ou julgar bem. É captar as necessidades, para se comprometer com sua superação.

Antes de pontuar sobre o Brasil, é necessário mencionar que os primeiros encaminhamentos sobre avaliação surgiram em 1934, por um educador americano chamado Ralph W. Tyler (1902-1994), considerado o pai da avaliação e criador da expressão: Avaliação educacional.

Suas ideias consistiam em defender outras formas de avaliação que pudessem constatar todos os aspectos do desenvolvimento de um estudante, é a denominada como aprendizagem, sendo essa diferente daqueles testes que eram aplicados com intuito de comparar os resultados dos alunos, conforme os seus desempenhos.

A Avaliação, por sua vez, somente começou a ser proposta, compreendida e divulgada a partir de 1930, quando Tyler cunhou essa expressão para dizer do cuidado necessário que os educadores necessitam ter com a aprendizagem dos seus educandos. Nesse período, ele estava preocupado com o fato de a cada cem crianças que ingressavam na escola, somente trinta eram aprovadas, ou seja, anualmente, permanecia um resíduo de setenta reprovadas, o que em síntese, supostamente significaria que elas não tinham processado uma aprendizagem satisfatória (LUCKESI, 2011, p. 29).

Dessa forma, a avaliação educacional no Brasil, é também um dos campos de grandes discussões e formulação de políticas. Conforme Hadji (2001, p. 117), “a avaliação levanta críticas, quando se afirma que multiplicaram os debates, mas a prática permanece atrelada à concepção tradicional”, pois “quanto mais se fala disso, menos se muda”.

Os marcos históricos iniciais foram percorridos perfazendo a linha evidenciada no quadro 01, ao delinear os pressupostos pedagógicos desde o período colonial no ano de 1549 à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no ano de 1996 no qual ver-se a avaliação caminhando com o processo educacional.

Quadro 01 – Ideias pedagógicas e marcos históricos no Brasil

Período	Ideias e marcos
1º Período (1549-1759)	Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional (período jesuítico). <ul style="list-style-type: none"> • Companhia de Jesus; • Catequização dos índios; • Educação religiosa.
2º Período (1759-1932)	Coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional <ul style="list-style-type: none"> • Jesuítas são expulsos do Brasil; • Reforma Pombalina (ensino laico e público, Aulas Régias; • A chegada da família Real no Brasil; • Instituição das Escolas de Medicina; Academias Militares; Museu Real; Biblioteca Real; Jardim Botânico; Imprensa Régia; Universidade de São Domingos; • Declaração da Independência; • Primeira Constituição de 1824; • Primeira Lei sobre o Ensino Elementar.
3º Período (1932-1961)	Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova. <ul style="list-style-type: none"> • Manifesto dos Pioneiros; • Associação Brasileira de Educação passa por mudanças e foi dominada pelos preceitos da Escola Nova; • Lei Orgânica do Ensino Comercial; • Ensino Primário passou a ser gratuito.

4º Período (1947-1961)	Predomínio da influência da pedagogia nova (escolanovismo) <ul style="list-style-type: none"> • Primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
5º Período (1961-1969)	Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (formação técnica profissional). <ul style="list-style-type: none"> • Movimento Brasileiro de Alfabetização
6º Período (1969-1980)	Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestações da concepção analítica de filosofia da educação e concomitante desenvolvimento da concepção crítico-reprodutivista (formação para o mercado de trabalho). <ul style="list-style-type: none"> • Criação dos vestibulares classificatórios;
7º Período (1980-1991)	Emergência da pedagogia histórico-crítica e propostas alternativas (formação para criticidade e reflexão). <ul style="list-style-type: none"> • O ensino profissional deixou de ser obrigatório nas escolas de Ensino Médio; • Constituição Federal de 1988; • Organização do Sistema de Avaliação da Educação Básica;
8º Período (1991-1996)	Neoconstrutivismo, neotecnicismo, neo escolanovismo (uma nova forma pedagógica de ensinar). <ul style="list-style-type: none"> • Uso das tecnologias educacionais; • Atividades assíncronas (EaD).

Fonte: Organizado pela autora (2021).

Diante do exposto, a história da avaliação foi analisada e comparada desde a educação na colonização do Brasil quando a Companhia de Jesus, mediante a vida dos jesuítas chegam no ano de 1549. De acordo com Ghiraldelli Júnior (2009, p. 01):

O período colonial durou de 1500 até a independência, em 1822. A educação escolar no período político do Brasil Colônia passou por três fases: a de predomínio dos jesuítas, a das reformas realizadas pelo Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759, e a época de D. João VI no Brasil (1808-21), quando então nosso país foi sede do Império Português.

Assim, surgiu a avaliação na educação jesuítica no ano de 1599, no sentido de verificar as memórias da instrução que estava sendo efetivada nos colégios e seminários.

A história da avaliação deve ser analisada conforme apontou Luckesi (1995), a partir dos seus primórdios que evidenciam “a avaliação como sinônimo de provas e exames advindos como herança desde 1599, trazida pelos jesuítas, com a finalidade de enfatiza a memorização e a especial importância à retórica e redação, bem como a leitura dos clássicos e à arte cênica (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013).

Dessa forma, pode-se perceber que:

Neste período mesmo não tendo um sistema avaliativo instituído, o processo era desenvolvido no ensino focado na memorização das lições, na realização dos exercícios escritos e nos conteúdos que eram tidos como verdades absolutas, assim, deveriam ser reproduzidas em sua totalidade e exatidão (SANTOS; ARANTES, 2016, p. 107).

Os autores destacam que neste escopo, a figura do professor era autoritária e o aluno era somente um ser passivo e receptor dos conhecimentos repassados. Dessa forma, a avaliação era realizada em conformidade com os métodos pedagógicos baseados em princípios cristãos aplicados pelos jesuítas na época:

O ensino era o paralelo entre a prescrição jesuítica de educar à vontade (caráter) pela reatualização permanente da doutrina (cultivo da memória) e pela razão (cultivo do intelecto), de um lado, e a fundamentação da moderna pedagogia católica representada pelo tripé memória, vontade e intelecto (VEIGA, 2007, p. 56).

Ao chegar o ano de 1759, os jesuítas encerram as atividades devido a expulsão do país, que ficou conhecido como a Reforma Pombalina em virtude do ministro de Estado em Portugal, o Marquês de Pombal.

Surgiram assim, as Aulas Régias que tinham em suas práxis metodológicas trazer uma nova fase para o campo educacional, e a avaliação acontecia de forma semelhante a memorização ocorrida nas escolas jesuítica (VEIGA, 2007, p. 57).

Em seguida no histórico da Proclamação da Independência, instituiu-se no dia 15 de outubro do ano de 1827, a primeira Lei da Educação no Brasil, composta por dezessete artigos, que permaneceu em vigor por mais de cem anos.

Mesmo neste momento a avaliação ainda seguia de forma limitada e superficial, avaliando o aluno somente pela absorção de informações como se ele fosse uma tábula rasa, e não tivesse a capacidade de refletir todos os dados nele impressos.

Outra reforma será feita no ano de 1879, a qual ficou conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho de 1879, que determinou a obrigatoriedade do ensino primário dos 07 aos 14 anos, a avaliação surgiu com o enfoque relacionada aos exames preparatórios para entrar nos estabelecimentos de instrução primária e secundária.

Doravante, no período de 1930 a 1945 estabeleceu-se o sistema Tyleriano, em que a avaliação da aprendizagem surge nas discussões mediante as definições de Ralph Tyler, um educador norte americano que defendeu a ideia de uma avaliação centrada nos objetivos definidos pelo professor, denominada “ensino por objetivos”.

No Brasil as contribuições de Tyler chegam na década de 1930, com o termo “avaliação da aprendizagem escolar”. Assim, no ano de 1944, criou-se o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (GUALBERTO, 2019).

Todavia, a forma de pensar sobre a avaliação se altera a partir do ano de 1970 no Brasil, quando se começa a observar que no dia a dia da sala de aula e dos sistemas municipais e estaduais de ensino:

O aproveitamento não vem da ameaça nem do medo da reprovação, mas sim de uma orientação e/ou reorientação consistentes e constantes da aprendizagem, mediante adequados procedimentos de ensino. A proposta do “ensino por objetivos”, elaborada por ele, era bem simples: com base em tarefas preestabelecidas, proceder ao ensino, servindo-se dos recursos necessários, e no processo de ensinar e aprender, em dados momentos específicos, diagnosticar se a aprendizagem se dera ou não (LUCKESI, 2011, p. 208).

Não obstante, na década de 80, ocorreu a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou em seu Art. 22, inciso XXIV que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Constituição é implementada por leis complementares e a educação brasileira é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Assim, os olhares da avaliação retomam por meio da LDBEN, o papel professoral consistindo em cumprir a missão institucional de ensinar e posteriormente verificar o saber efetivado.

Além disso, a avaliação no contexto educacional brasileiro é quase sempre promovida por órgãos governamentais a nível federal – Ministério da Educação – ou a nível estadual, através das Secretarias de Estado, que, por falta de estrutura, muitas vezes solicitam a colaboração de outras instituições, universidades ou fundações públicas e privadas (VIANNA, 2000, p. 27).

2.2 CONCEITUANDO A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Santos (2019, p. 13), enfatiza a avaliação como um:

Instrumento imprescindível, tanto em termos de reformas das instituições e do sistema demandadas pelo mercado e impulsionadas pelo estado, como enquanto empreendimento a produzir mais qualidade, pertinência e sentido público ao conjunto de atividades acadêmicas, científicas, técnicas e administrativas, bem como às relações sociais, interinstitucionais e intrainstitucionais.

No âmbito educacional ela comumente é utilizada como instrumento de classificação e ao mesmo tempo como um etiquetamento intelectual e cognitivo que determina em nota a identidade dos indivíduos.

Dessa forma, se faz necessário enfatizar que a avaliação perfaz a formação humana quando:

Se busca levar em conta todas as dimensões que constituem as especificidades do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico, pois essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seus desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo e lúdico (FRIGOTTO, 2012, p. 265).

Assim, o ato de avaliar a aprendizagem com fins de delinear a qualidade da educação ofertada, não é uma prática simples, ela exige domínio técnico na sua formulação e sistematização. O pensamento de Mendez (2002, p. 30), contribui frisando que:

A avaliação está estreitamente ligada à natureza do conhecimento: uma vez esta seja esclarecida, a avaliação deve ajustar-se a ela se quiser ser fiel e manter a coerência epistemológica que lhe dê consistência e credibilidade práticas, mantendo coesão entre concepção e as realizações concretas.

Estes diálogos epistemológicos alicerçam a importância de ver os processos que embasam a constituição de uma avaliação, pois é preciso o entendimento que essa ação educacional deve buscar resultados significativos da assimilação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula.

Vasconcellos (1998, p. 105), destaca que uma avaliação “não faz somente com o aluno, mas faz também do currículo empregado, dos recursos didáticos, sobre as condições de trabalho, e estrutura do espaço educativo”.

A afirmativa do autor enfatiza que ao aplicar uma avaliação o seu resultado promove o retrato estratificado da ação do saber efetivado pelo conjunto formado de professores, equipe pedagógica, coordenações de curso, estrutura física do ambiente escola, proposta curricular e alunos.

Dentro destas interfaces, a avaliação para Saul (2000, p. 25), em seu sentido amplo, apresenta-se como “atividade associada à experiência cotidiana do ser humano”. Por conseguinte, avaliar concebe o conhecimento conduzido pelo processo formativo que norteia as ações para o ensino.

Sobrepujando dessa forma, que as práticas sejam formatadas por intermédio da reflexão e ruptura de paradigmas, e ao mesmo tempo com a reinvenção de um novo contexto para avaliar o educando.

De acordo com Ranghetti e Gesser (2004, p. 48), para desenvolver uma “formação que dê conta de responder a questões existenciais inerentes à própria profissão e à formação pessoal/profissional suscita uma formação integral em que as dimensões do pensar,

do sentir, do existir, do conhecer sejam consideradas”.

Nesse aspecto o ato de avaliar resulta de experiências por encaminhamentos metodológicos ativos para racionalização do conhecimento ensinado. Para todo este contexto, Hoffmann (2001, p. 47), evidencia uma explicação:

O processo avaliativo não deve estar centrado no entendimento imediato pelo aluno das noções em estudo, ou no entendimento de todos em tempos equivalentes. Essencialmente, porque não há paradas ou retrocessos nos caminhos da aprendizagem. Todos os aprendizes estão sempre evoluindo, mas em diferentes ritmos e por caminhos singulares e únicos. O olhar do professor precisará abranger a diversidade de traçados, provocando-os a progredir sempre.

Avaliar é um processo contínuo, que diariamente vai sendo construído através de bases e estratégias consubstanciadas pela tríade reflexiva dos professores, do currículo e da gestão no que tange a busca pela legitimação de resultados que colaborem para a cidadania qualitativa e emancipatória dos estudantes.

Perrenoud (1999, p. 06), menciona que:

Os conteúdos avaliativos instigam ao conhecimento dos diversos processos mentais e procedimentais no desenvolvimento da aprendizagem, com vistas a facilitar a adoção de uma atitude questionadora, uma vez que pode ser melhorada a compreensão das suas atitudes, sua interação e, conseqüentemente, a atuação do professor.

Dias Sobrinho (2008, p. 193), menciona que o ato de avaliar abrange também questões relacionadas a “produção de sentidos sobre o cumprimento, pelos sistemas e pelas instituições, das finalidades de formação de cidadãos, aprofundamento dos valores democráticos da vida social, e elevação material e espiritual da sociedade”.

Nesse sentido, o ato de avaliar é uma ação educativa que visa buscar resultados que demonstrem a qualidade acerca da assimilação teórica e prática diante de um processo reflexivo de quem executa e ao mesmo tempo de quem o realizou.

Ademais, para Sousa (1995, p. 146), “a avaliação da aprendizagem é um instrumento da legitimação da seletividade da educação”. Assim, a avaliação é assumida como uma estratégia capaz de propiciar o alcance dos objetivos de melhoria da eficiência e da qualidade da educação.

Neste contexto, é importante nortear uma avaliação que abarque aspectos humanísticos e formativos para assegurar ao cidadão os seus direitos e deveres na sociedade.

2.3 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB) NO BRASIL E O IDEB

No Brasil as avaliações externas em larga escala são temáticas de grande discussão devido a sua importância para o processo de ensino e aprendizagem, além disso, os resultados colocaram o professor no patamar de alta relevância para consubstanciar a qualidade que deve ser efetivada através da ministração dos saberes.

Destarte, segundo Fischer (2016, p. 23), no Brasil, até a “década de 1980, o foco da avaliação na escola era direcionado à avaliação de aprendizagem dos estudantes”. A partir da década de 1990, com implantação do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), “as políticas de avaliação foram ganhando maior proporção e as escolas começaram a ser cada vez mais envolvidas em interações com diferentes focos de avaliação, dentre eles a avaliação externa em larga escala que afere o desempenho dos estudantes”.

Nesse sentido, pode-se contextualizar que a política educacional do Brasil, em suas

últimas duas décadas, buscou priorizar a universalização do acesso ao ensino fundamental, como proposta legitimada para o cumprimento em consonância com as exigências estabelecida pela Constituição Federal de 1988, que determinou a obrigatoriedade desse nível de ensino e o dever dos sistemas públicos de assegurarem a sua oferta.

Ademais, a Constituição assegura em seu art. 22, inciso XXIV que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Dessa forma, tornar-se-á salutar mencionar que esse direito deve ser planejado para alcançar a garantia da qualidade educacional, visto que segundo o aparato legal será averiguado através de sistemas de avaliação externos criados em regime de colaboração com os Estados e municípios, a reafirmação estratificada de resultados da organização do sistema educacional brasileiro.

Nesse sentido, para que o sistema educacional pudesse ser compreendido diante do seu quadro de eficiência no que tange o ensino nas escolas, o Brasil passou a utilizar a metodologia das avaliações externas em larga escala. Conforme, Gatti (2009, p. 39) “as avaliações não têm um valor em si, mas adquirem sentido quando inseridas em uma política educacional mais ampla e quando articuladas com ações pedagógicas adequadas”.

Assim, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) vem apresentando através dos resultados avaliativos que o país precisa ter políticas públicas que consubstanciem a diminuição do quadro de fragilidades decorrentes de lacunas do conhecimento, visto o panorama demonstrar um agravamento nas taxas de repetência, abandono, distorção idade-série e baixo desempenho dos alunos em sua aprendizagem.

Neste contexto, promulgou-se no país o Decreto nº 6094/2007, que estabeleceu o Plano de Metas, organizado em capítulos:

Capítulo I - trata do estabelecimento de 28 metas para a melhoria na qualidade da educação; no Capítulo II - sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; no Capítulo III - do termo de adesão voluntária dos municípios, estados e Distrito Federal ao Compromisso; e no Capítulo IV sobre o Plano de Ações Articuladas (PAR) como requisito para recebimento da assistência técnica e financeira aos entes participantes do Compromisso (BRASIL, 2007).

Para tanto, Saviani (2009, p. 32), mensura que o referido plano foi instituído para garantir a qualidade por meio de um conglomerado de grupos que colaboram patrocinando ações de ensino:

[...] como uma iniciativa da sociedade civil e conclamando a participação de todos os setores sociais [...] [constituindo-se] de fato como um conglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínios de entidades com o grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educar-DPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça parte, Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros.

Com a referida pactuação, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), abrangendo dois fatores: a) indicadores de fluxo (taxas de aprovação, reprovação e evasão), medidos pelo Censo Escolar, e b) indicadores de desempenho em exames padronizados.

Além disso, Fischer (2016, p. 39), frisa que o Ideb se configura como uma ferramenta de acompanhamento da qualidade da Educação Básica, estando relacionado às orientações do

Banco Mundial na busca de melhor eficiência.

Os elencados sistemas avaliativos foram organizados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil, que no perfilar de dois anos deveriam averiguar o ensino em etapas da educação básica: (4ª (5º ano) e 8ª séries (9º ano) do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio).

Conforme Bonamino (2002, p. 89), o Saeb é:

[...] um processo que, para garantir o desenvolvimento de uma avaliação de longo alcance e de caráter sistemático, passa a dispor de instituições, profissionais e recursos financeiros específicos, que lhe permitem contar com a infraestrutura material e humana em condições de prover os fundamentos conceituais e as capacidades operacionais necessárias à implementação de uma avaliação da educação básica de abrangência nacional.

Neste diálogo epistemológico sobre o SAEB como avaliação sistêmica, segundo Freitas (2007, p. 47) esclarece que a avaliação em larga escala, é um “instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas”.

Para tanto, essas respectivas avaliações sistêmicas possuem a finalidade de diagnosticar em larga escala os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, bem como efetivar um levantamento socioeconômico.

Com o uso das avaliações externas, um novo mercado se expande em escala mundial e vem tomando proporções no Brasil, já que a avaliação é um forte instrumento de indução de excelência desse mercado (SOUSA; OLIVEIRA, 2010).

Destarte, frisa-se que o conceito de IDEB por meio das avaliações do SAEB, pode ser definido como um fio condutor das políticas públicas para o campo educacional que colaborar para delimitar as gestões ações de curto, médio e longo prazo.

Em tempos atuais, para mensurar dados do IDEB, bem como um retrato estratificado do ensino, de acordo com Fischer (2016, p. 48), há seis estratégias de investimentos relacionados à avaliação externa em larga escala de ordem federativa:

1. O Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica); 2. A Prova Brasil; 3. A Provinha Brasil; 4. A ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização); 5. O Enem (Exame Nacional do Ensino Médio);³⁵ 6. O ENCCEJA (Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos)³⁶ e a Anei (Avaliação Nacional da Educação Infantil), sendo sua primeira edição no ano de 2016.

Dessa forma, todo o sistema avaliativo nacional encontra-se organizado para nortear por meio dos seus resultados, as metas que devem ser alcançadas, bem como delinear o quadro de aprendizagem com a finalidade de consubstanciar aos gestores das redes educacionais formas de garantir as premissas da qualidade educacional em todo território brasileiro.

2.4 O SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE PORTO VELHO

As Diretrizes Curriculares Nacionais (2013 p. 18), narram que:

O desafio posto pela contemporaneidade à educação visa garantir o direito humano universal e social inalienável à educação. O direito universal não é passível de ser analisado isoladamente, mas deve sê-lo em estreita relação com outros direitos, especialmente, dos direitos civis e políticos e dos direitos de caráter subjetivo, sobre os quais incide decisivamente. Compreender e realizar a educação, entendida como

um direito individual humano e coletivo implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de outros direitos, isto é, para potencializar o ser humano como cidadão pleno, de tal modo que este se torne apto para viver e conviver em determinado ambiente, em sua dimensão planetária.

Dentro deste contexto norteado pelas DCN's, frisa-se que a decisão e a definição dos objetivos que garantam as premissas da qualidade devem ser priorizados, visto que toda a sistematização da aprendizagem deve viabilizar ações formativas que impulsionem mudanças de pensamentos, ações e condutas que embasem o processo de autonomia e desenvolvimento pleno.

Assim, no ano de 2017 no âmbito da nova Gestão da Prefeitura Municipal de Porto Velho, foi criada no organograma da Secretaria Municipal de Educação a Divisão de Avaliação e Indicadores Educacionais - DIAIED.

A elencada divisão tem como atribuições prover indicadores mediante a aplicabilidade de provas internas para mensurar o diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem dos alunos da Rede Municipal de Educação de Porto Velho.

Além disso, naquele momento de implantação tinha o compromisso com a comunidade educacional de alcançar ou ultrapassar até o ano de 2021 a meta 5.8, visto que no último resultado apresentado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do ano referência de 2015 obteve-se 4.8.

Dessa forma, surgiu a avaliação interna chamada de Avalia Porto Velho que tem como objetivo primordial: viabilizar indicadores do processo de aprendizagem, e posteriormente realizar intervenções na prática do professorado com o intuito de embasar as Competências e Habilidades necessárias para a cidadania dos estudantes, bem como, contribuir para elevar o índice de Desenvolvimento da Educação Básica da Rede Municipal de Educação.

Sua instituição legal foi promulgada como política pública pelo Decreto nº 14.571, de 29 de junho de 2017, que determinou a partir do ano letivo de 2017, a Prova Institucional na Rede Pública Municipal de Ensino, e dá outras providências (RONDÔNIA, 2017).

Doravante ao decreto, para fundamentar a sistemática da referida política para o campo educacional, instituiu-se a Portaria nº 126/2017/ASTEC/GAB/SEMED, de 09 de junho de 2017, que adotou na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Velho, a Prova Institucional (RONDÔNIA, 2017).

Dessa maneira, o primeiro Avalia Porto Velho foi aplicado no ano de 2017, em conformidade com os documentos disponibilizados pela referida divisão responsável, participaram 55 (cinquenta e cinco) unidades escolares da Zona Urbana, 34 (trinta e quatro) unidades da zona rural, totalizando 237 turmas e 5.772 estudantes.

A composição da prova planejou 44 (quarenta e quatro) itens, divididos em 04 (quatro) blocos dos eixos curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Para realização da correção utilizou-se o critério de acertos e erros em conformidade com os descritores aplicados na Prova Brasil.

Para devolutiva a divisão contextualizou um relatório individual e geral de cada unidade participante para que posteriormente organizassem suas intervenções pedagógicas e planos de ações diante dos resultados das fragilidades de cada estudante.

Além disso, no ano seguinte ao início da aplicação do Avalia Porto Velho, respectivamente em 2018, iniciou-se a implementação da respectiva avaliação, todavia a DIAIED, organizou um documento denominado Plano de Ação, em conformidade com as suas atribuições, no qual todas as unidades escolares deveriam organizar um levantamento por pontos fragilizados em relação ao processo de aprendizagem e os resultados obtidos e observações no que tange a previsão de intervenções pedagógicas a serem executadas no campo educacional.

Dessa forma, a respectiva divisão teria um panorama para acompanhar além da

avaliação, bem como haveria a possibilidade de contribuir e acompanhar as intervenções realizadas e assim planificar estratégias para garantir os saberes para tornar o cidadão portovelhense crítico e reflexivo de suas ações.

Nesse sentido, as atribuições do DIAIED encontra-se instituída em:

- Realizar a criação de itens para a Prova Institucional;
- Apresentar Boletins informativos da aplicação da prova;
- Aplicar a Prova Institucional para as unidades urbanas e rurais da Rede Municipal de Porto Velho;
- Subsidiar as escolas com os aportes necessários para execução da prova.
- Descrever os resultados obtidos em Relatórios Descritivos;
- Acompanhar a aplicabilidade das avaliações externas promovidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep);
- Manter o quadro de indicadores de estudantes e profissionais da Rede Municipal atualizado;
- Acompanhar os resultados das avaliações externas: ANA, PROVA BRASIL e IDEB;
- Informar as Divisões de Educação Básica e Monitoramento das fragilidades apontadas para a realização de intervenções pedagógicas;
- Acompanhar a entrada de estudantes da Rede;
- Monitorar lançamento de informações do EDUCACENSO.

Destaca-se que ao receber os planos de ação a DIAIED realiza as inserção das informações em planilhas de Excel e dividia as escolas conforme as zonas de localização no município de Porto Velho, para a realização do acompanhamento do ensino, além de viabilizar significativas contribuições para elaboração dos itens do Avalia Porto Velho.

2.5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Mediante a análise documental realizada no segundo semestre do ano de 2020, por meio dos aportes de relatórios e legislações disponibilizados pela Divisão de Avaliação e Indicadores (DIAIED) da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho, consubstanciou-se a subseção para discorrer sobre o Sistema Municipal de Avaliação da Educação Básica de Porto Velho, por meio de uma abordagem qualitativa através de informações feitas na coleta de dados.

Sequencialmente nesta seção, evidenciou-se por meio de gráficos, uma análise panorâmica e discursiva acerca das políticas públicas adotadas na rede de ensino para colaborar a qualidade educacional e o avançar dos resultados do IDEB.

Os respectivos gráficos têm a intencionalidade de demonstrar índices das variantes de proficiência referente aos anos de 2017, 2018 e 2019 em que a Prova do Avalia Porto Velho foi aplicada em unidades escolares para as turmas de 5º anos do Ensino Fundamental, verificando os resultados qualitativos destes dados disponibilizados.

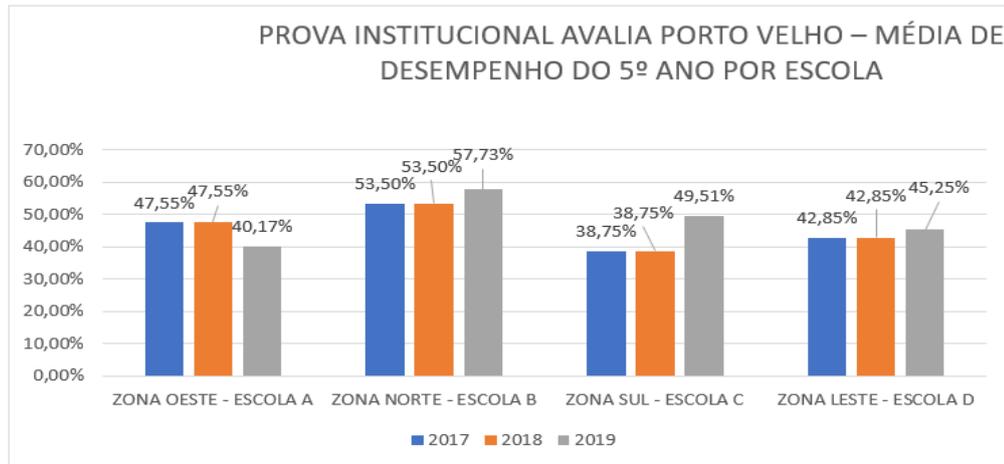
Além disso, projetou-se os resultados de IDEB através de análises feitas em 04 (quatro) unidades de cada zona mapeada da cidade no qual se encontram localizada. Ressalta-se que os dados discutidos foram organizados em consonância com a disponibilização da DIAIED.

Quanto ao critério de escolha das elencadas escolas, cabe ressaltar que trata-se de uma escolha qualitativa fundamentada no diálogo e indicação apresentadas pelos Técnicos Educacionais da SEMED observando os “Plano de Ação”, que apresentavam as intervenções pedagógicas de cada escola para proporcionar melhores rendimentos, diminuir as fragilidades dos saberes, bem como a evasão escolar que persiste como um agravante no âmbito educacional.

Outrossim, os resultados discorridos dessas 04 (quatro) escolas como já destacado no paragrafo anterior se fez exclusivamente pela disponibilização da própria SEMED, visto que somente os técnicos têm o acesso ao plano e podem viabilizar os informes que foram

planificados neste estudo de forma fidedigna, visto que não é de domínio público, porém são as bases que norteiam tomadas de decisões, acompanhamento e assessoramento da elencada equipe.

Gráfico 1 – Média de Desempenho do 5º ano



Fonte: DIAEB/SEMED Porto Velho/RO (2020)

O Gráfico 1 apresenta variação das proficiências de desempenho entre 2017, 2018 e 2019 da Prova Institucional Avalia Porto Velho em uma escola de cada zona localizada no respectivo município em uma de turma de 5º ano do ensino fundamental anos iniciais.

Dessa maneira ao analisar os resultados, observou-se que a maior variação positiva foi para a escola B (4,23%) e escola C (10,76%), porém, a maior variação negativa ocorreu na escola A (-7,38%). Ressalta-se que as porcentagens dos respectivos dados discutidos foram devidamente disponibilizados pela equipe responsável, sendo que não houve alterações por parte da pesquisadora.

Confirma-se ainda um comportamento diferenciado entre as zonas, por exemplo a escola A localizada na zona oeste que é uma região com o índice de estudante mais presente apresentou a variação negativa em relação a escola D na zona leste que é uma localidade repleta de vulnerabilidade social, no qual o índice de evasão dos estudantes é mais presente tendo sua variação positiva em (2,4%).

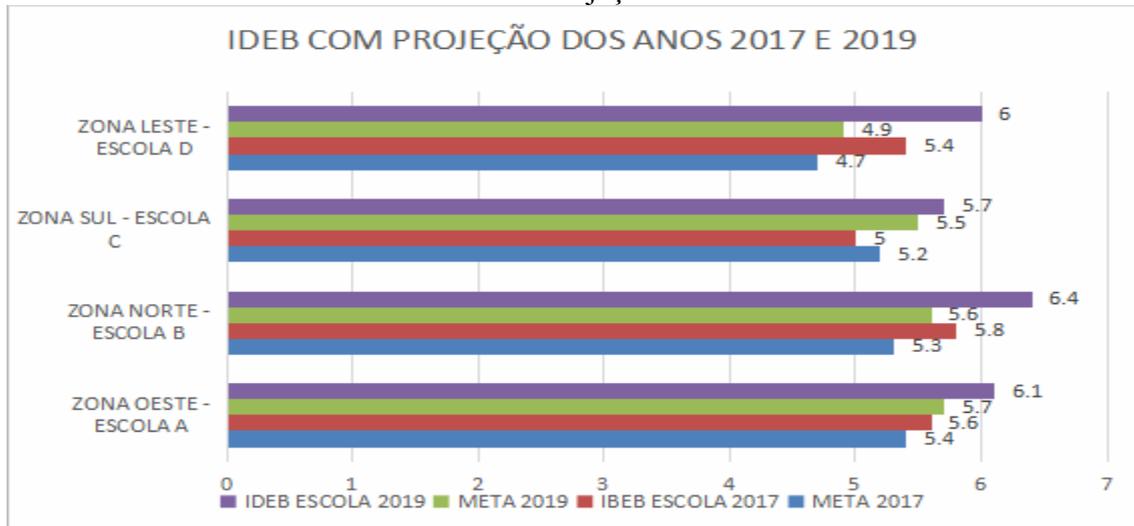
Todavia, quando se busca resultados relacionados à média de desempenho, verifica-se que a distribuição mais dispersa e ainda distante do valor máximo, que é 10, deflagrando assim um panorama estratificado de fragilidades no que tange ao processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Fischer (2016, p. 47), as avaliações em larga escala têm a intenção de “tirar uma fotografia panorâmica do país”, elencando características que demonstrem o perfil geral da Educação. Atualmente, essa fotografia macro “tem o propósito de caracterizar as competências e habilidades nos estudantes por meio de dados quantitativos, possibilitando comparações por região, estado, município e escola”.

Assim, a política pública do Avalia Porto Velho revela numa amostragem referente aos resultados por unidades escolares localizadas nas zonas com elencadas porcentagens, possibilitando a Rede Municipal de Educação de Porto Velho a criação de estratégias pedagógicas específicas para curto, médio e longo prazo no que tange as fragilidades do conhecimento.

Seguidamente, fez-se a projeção dos resultados do IDEB nos três respectivos anos de implantação acerca das mesmas 04 (quatro) unidades analisadas anteriormente.

Gráfico 2 – Projeção - IDEB



Fonte: Inep (2020)

O gráfico nº 02, demonstra o comportamento das duas dimensões curriculares do IDEB entre os anos de 2017 e 2019 para as quatro escolas escolhidas que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Porto Velho.

Verifica-se que as duas dimensões melhoraram e que as taxas de aprovação se concentram positivamente de acordo com a propositura da criação das políticas públicas criadas através do Decreto nº 14.571, de 29 de junho de 2017 e da Portaria nº 126/2017/ASTEC/GAB/SEMED, de 09 de junho de 2017, que adotou na Rede Pública Municipal o Avalia Porto Velho.

De uma forma mais ampliada, a Tabela nº 01 apresenta o resultado do IDEB de 2019 das 04 (quatro) unidades escolares.

Tabela 1 – IDEB 2019

Ord.	Escola/Região	2019		
		TAXA DO AVALIA PORTO VELHO	META	MÉDIA IDEB
1	ZONA OESTE ESCOLA A	40,17	5.7	6.1
2	ZONA NORTE ESCOLA B	57,73	5.6	6.4
3	ZONA SUL ESCOLA C	49,51	5.5	5.7
4	ZONA LESTE ESCOLA D	45,25	4.9	6.0

Fonte: organizado pela autora (2021)

Segundo a tabela nº 01 é possível perceber a existência do desempenho do Avalia Porto Velho de forma positiva em três das quatro escolas no que tange aos resultados do Ideb ao ultrapassarem a meta projetada para 2019.

Assim, a trajetória da política pública da Prova Institucional Avalia Porto Velho para cada unidade, viabilizou um resultado conjunto para que o município alcance a sua meta projetada ao final do período de 2021.

Além disso, evidencia-se as que estão ocorrendo práticas interventivas no campo do saber em sala de aula que colaboram para a integralização do conhecimento e a emancipação

da autonomia de cada estudante para o exercício da cidadania, bem como para o desenvolvimento pleno através das premissas da qualidade educacional.

Se o compromisso assumido é com a democratização do ensino, há de se investir na construção de propostas de avaliação que se pautem por outros princípios, tendo como finalidade subsidiar a escola na definição de prioridade e encaminhamentos de decisões, com vistas ao desenvolvimento de todos os alunos (SOUSA; OLIVEIRA, 2010).

Dessa maneira, as políticas públicas para o campo educacional devem ser norteadas para vislumbrar que a aprendizagem seja desenvolvida como um direito do sujeito para atuação na sociedade de forma digna e municiada de deveres consciente.

Nesse sentido, a Rede Municipal de Educação de Porto Velho através destes resultados tem a possibilidade de criar significativas estratégias para consubstanciar os conhecimentos basilares dos portovelhenses.

3 CONCLUSÃO

Ao concluir o elencado estudo, pode-se perceber que as políticas públicas adotadas pela Rede Municipal de Educação de Porto Velho, foram criadas para assegurar o sistema de ensino com práticas educacionais que doravante são verificadas por meio da Avaliação Institucional denominada Avalia Porto Velho, criada na tratativa de viabilizar mecanismos para alcançar as metas projetadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Sendo assim, observou-se que as perguntas problemas da pesquisa foram respondidas quando verificamos quais eram as políticas públicas criadas para avaliação da aprendizagem através dos resultados do IDEB na Rede Municipal de Ensino de Porto Velho ao delinear o Decreto nº 14.571, de 29 de junho de 2017 e da Portaria nº 126/2017/ASTE/C/GAB/SEMED, de 09 de junho de 2017, que adotou na Rede Pública Municipal o Avalia Porto Velho.

No que tange as políticas foi percebido um avançar na gestão educacional do municipal de Porto Velho quando verificou-se os dados relacionados das quatro unidades e as suas metas atingidas. Todavia, sabe-se que toda política quando adotada começa de maneira desafiadora, porém, com a aplicabilidade vai se tornando práticas rotineiras para consubstanciar resultados.

Por fim, destaca-se que o objetivo geral de analisar as políticas públicas de avaliação da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Porto Velho como ações da gestão mediante os resultados do IDEB foi norteado no perfilar da análise e discussão quando observa-se o acompanhamento das referidas unidades.

Assim, finalizando este artigo, menciona-se que a avaliação sistêmica pode contribuir para criação de estratégias que visam promover a qualidade educacional e o avanço da Rede de Ensino com a finalidade de assegurar aos educandos os seus direitos formativos enquanto cidadãos atuantes na sociedade por meio do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Lei de diretrizes e bases da Educação**. Brasília: 1996.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília. 2007.

BONAMINO, A. **Tempos de avaliação educacional: o Saeb, seus agentes, referências e tendências.** Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação (Campinas).** Sorocaba: SP. v. 13. n. 1. p. 193-207, mar. 2008.

FISCHER, Gabriela Maia. **A Prova Brasil sob perspectiva de professores dos anos iniciais do ensino fundamental.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. ITAJAÍ, 2016.

FREITAS, D. N. T. de. **A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa.** Campinas: Autores Associados, 2007.

FRIGOTTO, G. Educação Omnilateral. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

GATTI, B. A. Políticas, ações educacionais e desempenho escolar. In: ARROYO, Miguel.; ABRAMOWICZ, Anete. (Orgs.). **A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos.** Campinas: Papyrus, 2009.

GUALBERTO, Selena Castiel. **Educação Integral e a Avaliação da Aprendizagem Escolar: um estudo em uma escola de Ensino Médio de Tempo Integral no Município de Porto Velho-RO.** 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação – MEDUC, Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho: 2019.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula.** 2. ed. Barueri, SP: Manoel, 2009.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho.** 7.ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: Componente do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011.

MENDEZ, Alvarez. **Avaliar para conhecer: examinar para excluir.** Porto Alegre: Artes

Médicas, 2002.

PERRENOUD, Phillippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PORTAL EDUCAÇÃO. **História da educação no Brasil e a função da coordenação pedagógica**. 2013. Disponível em:

<https://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/42968/historia-da-educacao-no-brasil-e-a-funcao-da-coordenacao-pedagogica>. Acesso em: 30 de jun. 2020.

RANGHETTI, Diva Spezia. GESSER, Verônica. Um Design Curricular de Formação: Uma Nova Racionalidade Em Construção. **Olhar de professor**. Ponta Grossa, 7 (2): p. 47-56, 2004.

RONDÔNIA. **Decreto nº 14.571, de 29 de junho de 2017**. Determinou a partir do ano letivo de 2017, a Prova Institucional na Rede Pública Municipal de Ensino, e dá outras providências. Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho. Porto Velho, 2017.

RONDÔNIA. **Portaria nº 126/2017/ASTEC/GAB/SEMED, de 09 de julho de 2017**. adotou na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Velho, a Prova Institucional, e dá outras providências. Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho. Porto Velho, 2017.

SANTOS, Mariane Cristine dos. ARANTES, Adriana Rocha Vilela. Conhecendo um pouco sobre Avaliação da Aprendizagem: história, concepções e tradições pedagógicas. **Revista de Magistro de Filosofia**: Anápolis. Ano IX – n. 18, p. 106-118, 2016.

SANTOS, Monalize Rigon do. VARELA, Simone. A Avaliação como um instrumento Diagnóstico da Construção do Conhecimento nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano I, nº 01 ago./dez. 2007.

SANTOS, Luciana Schroeder dos. **Avaliação Externa da Educação Superior *in loco***: relação entre os conceitos e os pareceres dos avaliadores. Tese (Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGÉ. Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2019.

SAVIANI, D. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**: Análise crítica da política do MEC. Campinas: Autores Associados, 2009.

SOUSA. Clarilza Prado de. Avaliação do rendimento escolar sedimentação de significados. In: SOUSA, Clarilza Prado de. *et al* **Avaliação do rendimento escolar** (org). 4.ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.

SOUSA, S. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados,

implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 793-822, set./dez. 2010.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança – por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliação Educacional**. São Paulo: IBRASA, 2000.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por ter me mantido na trilha certa durante este projeto de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

Sou grato à minha família pelo apoio que sempre me deram durante toda a minha vida.

Agradeço ao orientador por sempre estar presente para indicar a direção correta que o trabalho deveria tomar.

Também quero agradecer à Universidade Federal de Juiz e Fora e a todos os professores do meu curso pela elevada qualidade do ensino oferecido.